

Demonstrações Contábeis

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado.....	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 2202-6135
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como a auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita da operação

As receitas de vendas da Companhia são compostas por um grande volume de transações e são compostas substancialmente por receitas de tarifas aeroportuárias (embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia) e receitas de serviços (cessão de espaços, exploração de serviços de estacionamento e outros serviços auxiliares).

Considerando o grande volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações contábeis, a Companhia possui controles para determinar o registro contábil das receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da diretoria da Companhia uma análise detalhada, incluindo os requerimentos regulatórios para cumprir o contrato de concessão, além de envolver o uso de julgamento profissional. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria.

Como a auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo relacionado ao reconhecimento da receita tarifária e a receita de serviços ; (ii) realização de procedimentos substantivos analíticos para recálculo da receita tarifária; (iii) para uma amostra das transações registradas durante o exercício, a obtenção das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil adequado; (iv) recálculo da receita tarifária, utilizando informações públicas de quantidade de passageiros divulgadas pelo órgão regulador, e (v) avaliação da existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas 3.8 e 16.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3.13, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação com data de 15 de maio de 2025. Esses ajustes não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 3 de julho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348-O

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
Ativo			(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	265.135	299.605	149.617
Contas a receber	6	23.296	30.510	26.976
Estoque		5.005	4.910	3.217
Impostos a recuperar	7	27.197	24.752	14.038
Partes relacionadas	10	3.070	2.221	465
Despesas antecipadas		2.135	2.310	1.700
Adiantamentos diversos		3.088	1.644	2.473
Total do ativo circulante		328.926	365.952	198.486
Não circulante				
Depósito judicial		409	73	29
Tributos diferidos	20	17.569	21.072	18.117
Fundo restrito	11 (v)	46.391	15.847	-
Imobilizado		1.317	1.459	1.889
Ativo de contrato	8	96.391	233.765	473.664
Intangível	8	1.672.788	1.500.770	765.379
Total do ativo não circulante		1.834.865	1.772.986	1.259.078
Total dos ativos		2.163.791	2.138.938	1.457.564

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	9	80.240	82.130	60.446
Empréstimos e debêntures	11	90.005	53.834	-
Adiantamento de clientes		6.897	7.591	5.270
Obrigações trabalhistas		10.827	10.285	12.742
Partes relacionadas	10	81.591	70.367	80.534
Tributos a recolher	12	78.076	49.903	32.946
Outras contas a pagar		1.903	3.334	1.330
Total dos passivos circulantes		349.539	277.444	193.268
Não circulante				
Empréstimos e debêntures	11	1.386.895	1.400.448	940.674
Provisão para manutenção técnica	13	10.760	47.739	40.993
Provisão para demandas judiciais	14	467	187	160
Total dos passivos não circulantes		1.398.122	1.448.374	981.827
Patrimônio líquido				
Capital social	15	392.000	392.000	278.400
Reserva de lucros	15.2	22.505	17.439	4.069
Dividendos adicionais propostos	15.2.3	1.625	3.681	-
Total do patrimônio líquido		416.130	413.120	282.469
Total do passivo e patrimônio líquido		2.163.791	2.138.938	1.457.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita da prestação de serviços operacionais líquida	16	366.373	337.200
Receita de construção	16	67.388	514.406
		433.761	851.606
Custo dos serviços prestados			
Custo operacional	17	(209.389)	(206.334)
Custo de construção	17	(67.388)	(514.406)
Lucro bruto		156.984	130.866
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(26.193)	(34.591)
Despesas com vendas	18	(3.594)	(161)
Outras receitas (despesas), líquidas		(444)	17
		(30.231)	(34.735)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		126.753	96.131
Receitas financeiras	19	39.649	19.594
Despesas financeiras	19	(156.144)	(87.569)
		(116.495)	(67.975)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.258	28.156
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	(13.897)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(3.503)	2.955
		(3.503)	(10.942)
Lucro líquido do exercício		6.755	17.214
Lucro por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	23das	0,0172	0,0459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.755	17.214
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>6.755</u>	<u>17.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucro ou (prejuízo) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)		278.400	205	3.864	-	-	282.469
Aumento de capital	15.1	113.600	-	-	-	-	113.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.214	17.214
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	15.2.1	-	860	-	-	(860)	-
Dividendos obrigatórios	15.2.3	-	-	-	-	(163)	(163)
Dividendos adicionais propostos	15.2.3	-	-	-	3.681	(3.681)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.2.2	-	-	12.510	-	(12.510)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		392.000	1.065	16.374	3.681	-	413.120
Pagamento de dividendos	15.2.2	-	-	-	(3.681)	-	(3.681)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.755	6.755
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal		-	338	-	-	(338)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(64)	(64)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.625	(1.625)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	4.728	-	(4.728)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		392.000	1.403	21.102	1.625	-	416.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.755	17.214
Ajustes para conciliar o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	19	3.503	10.942
Depreciação e amortização	16	51.088	25.252
Provisão para manutenção técnica	13.i	(38.548)	12.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	3.001	152
Juros e variações monetárias líquidas		134.778	92.898
Provisão para demandas judiciais	13.ii	280	27
Amortização custo de captação	11.ii	998	1.005
Variação dos ativos e passivos:			
Contas a receber		4.792	(4.374)
Estoque		(95)	(1.693)
Impostos a recuperar		(2.445)	(10.714)
Despesas antecipadas		175	(610)
Adiantamentos diversos		(1.444)	828
Deposito judicial		(336)	(44)
Fornecedores		(6.300)	86.750
Adiantamento de clientes		(694)	2.321
Obrigações trabalhistas		542	(2.457)
Impostos a recolher		30.508	17.171
Outras contas a pagar		(1.431)	2.004
Caixa gerado pelas atividades operacionais		185.127	249.669
Juros pagos	11.ii	(101.338)	(38.817)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.335)	(14.111)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		81.454	196.741
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado		(388)	(53)
Aquisição do intangível e ativo de contrato	8.ii	(80.792)	(585.326)
Adiantamentos para aquisição de intangível			
Adições ao fundo restrito	11.v	(30.544)	(15.847)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(111.724)	(601.226)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	113.600
Captação de financiamento		-	444.569
Partes relacionadas		8.891	(3.696)
Custos de captação de financiamento			
Pagamento de dividendos		(3.681)	-
Pagamento de financiamento	11.i	(9.410)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(4.200)	554.473
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(34.470)	149.988
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	299.605	149.617
No fim do exercício	5	265.135	299.605
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(34.470)	149.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita bruta de serviços prestados	15	424.338	395.189
Receita de construção	15	67.388	514.406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.001)	(152)
Outras (despesas) receitas operacionais		(444)	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção	16	(67.388)	(514.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(136.072)	(167.726)
Valor adicionado bruto		284.821	227.311
Depreciação e amortização	16	(51.088)	(25.252)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		233.733	202.059
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	39.649	19.594
Valor adicionado total a distribuir		273.382	221.653
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal:			
Remuneração direta		37.240	41.738
Benefícios		10.841	9.332
FGTS		2.231	2.203
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		37.444	41.280
Estaduais		268	912
Municipais		21.699	21.287
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	18	133.937	72.713
Aluguéis		737	214
Outros		22.230	14.760
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros retidos do exercício		6.755	17.214
Valor adicionado total distribuído		273.382	221.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“CAAM”, “Bloco Norte”, “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Manaus - AM - Eduardo Gomes (“Aeroporto de Manaus”), de Porto Velho - RO - Governador Jorge Teixeira de Oliveira (“Aeroporto de Porto Velho”), de Rio Branco - AC - Plácido de Castro (“Aeroporto de Rio Branco”), de Boa Vista - RR - Atlas Brasil Cantanhede (“Aeroporto de Boa Vista”), de Cruzeiro do Sul - AC (“Aeroporto de Cruzeiro do Sul”), de Tabatinga - AM (“Aeroporto de Tabatinga”) e de Tefé - AM (“Aeroporto de Tefé”), em conjunto denominados “Aeroportos da Amazônia”, a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos da Amazônia.

Contrato de concessão

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do “Bloco Norte”, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos (“Contratos de Concessão”).

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário dos Aeroportos da Amazônia, a Companhia pagou em 28 de setembro de 2021 uma contribuição inicial fixa de R\$429.818, decorrente da oferta realizada no respectivo leilão.

A Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável nos percentuais de acordo com a tabela abaixo sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica - Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	0,79%
Sexto ano	1,58%
Sétimo ano	2,37%
Oitavo ano	3,16%
Até o final da concessão	3,95%

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias relacionadas à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário. Essas tarifas são ajustadas anualmente, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

Fases contratuais

Considerando que a data de eficácia do contrato de concessão é o dia 22 de outubro de 2021 e que a Fase I-A foi o período de transferência das operações do operador aeroportuário para a Concessionária no início de 2022, a fase denominada Fase I-B, que é o período de ampliação e adequação dos aeroportos pela Concessionária conforme o que está especificado no Plano de Exploração Aeroportuária ("PEA"), teve seu término no final de novembro de 2024.

O início da Fase II que é a fase em que a Concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária e o nível de serviço requerido, que se iniciou imediatamente após o término da Fase I-B citada acima e seu término será o fim do prazo contratual de concessão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Base de preparação--Continuação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Os ativos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e os fundos restritos, classificados como custo amortizado.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” (incluindo, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações contábeis.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos intangíveis e ativo de contrato

i) Infraestrutura (Direito de exploração)

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subseqüentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, o OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

ii) Direito de outorga (Direito de Concessão)

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado ao valor justo na data inicial, sendo a amortização calculada pela curva de demanda chamada de WLU (*workload unit*) ao longo do prazo da concessão.

iii) Ativo de contrato

De acordo com o item 19 do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, determina que os ativos durante a fase de melhoria e construção, devem ser classificados como Ativo de contrato.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Reconhecimento de receita

3.8.1. Receitas de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

- (i) Receita tarifária - receita de serviços tarifários são reconhecidos quando há a efetiva utilização dos serviços, equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Esses serviços são prestados e tarifados de acordo com as regras previstas no contrato de concessão e com as diretrizes do órgão regulador - ANAC.
- (ii) Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto como: cessão de espaços, exploração de serviços de estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a efetiva prestação do serviço.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Reconhecimento de receita--Continuação

3.8.2. Receitas de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente considerando a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e detalhado na nota 3.6(i). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos. A administração entende, baseado em análises e cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

3.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Devido ao fato de não haver efeitos diluidores, o resultado por ação básico é igual ao resultado por ação diluído.

3.10. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

Pronunciamento novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Não houve adoção de nenhuma nova norma ou alteração nestas demonstrações contábeis.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações contábeis referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da norma
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	<p>Em abril de 2024 o IASB emitiu o IFRS 18 que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.</p> <p>O IFRS 18 só entrará em vigor para período de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, atualmente o CPC e as entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação;</p> <p>A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras, e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.</p>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Norma	Descrição da norma
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Em maio de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p> <p>As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.</p> <p>A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras, e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.</p>
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11	<p>Em junho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).</p> <p>As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.</p> <p>A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras, e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.</p>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Impairment de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências indicativas de *impairment*.

3.13. Reapresentação dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo reapresentadas, seguindo o estabelecido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

A reapresentação decorre da revisão de classificações e correção de erros no balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, realizadas para melhor apresentação e divulgação. Os efeitos nas demonstrações contábeis são os seguintes:

a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024

	Originalmente apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Ativo			
Total do ativo circulante (i)	374.420	7.677	365.952
Total do ativo não circulante (ii)	1.716.719	40.122	1.772.986
Total do ativo	2.091.139	47.799	2.138.938
Passivo			
Total do passivo circulante	231.536	45.890	277.426
Total do passivo não circulante	1.448.374	-	1.448.374
Patrimônio líquido			
Capital social	392.000	-	392.000
Reserva de lucros (ii)	15.548	1.909	17.457
Lucros acumulados	3.681	-	3.681
Total do patrimônio líquido	411.229	-	413.138
Total do passivo e patrimônio líquido	2.091.139	47.799	2.138.938

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Reapresentação dos saldos comparativos--Continuação

b) Balanço patrimonial em 1o de janeiro de 2024

	Originalmente apresentado 01/01/2024	Ajustes	Reapresentado 01/01/2024
Ativo			
Total do ativo circulante (i)	214.631	(16.145)	198.486
Total do ativo não circulante (ii)	1.242.933	16.145	1.259.078
Total do ativo	1.457.564	-	1.457.564
Passivo			
Total do passivo circulante	193.268	-	193.268
Total do passivo não circulante	981.827	-	981.827
Patrimônio líquido			
Capital social	278.400	-	278.400
Reserva de lucros (ii)	4.069	-	4.069
Total do patrimônio líquido	282.469	-	282.469
Total do passivo e patrimônio líquido	1.457.564	-	1.457.564

c) Demonstração do resultado

	Originalmente Apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Receita líquida	851.606	-	851.606
Custo dos serviços prestados (iv)	(723.632)	2.892	(720.740)
Lucro bruto	127.974	2.892	130.866
Despesas gerais e administrativas	(34.735)	-	(34.735)
Lucro antes do resultado financeiro	93.239	2.892	96.131
Resultado financeiro	(67.975)	-	(67.975)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.264	2.892	28.156
Tributos sobre o lucro (v)	(9.959)	(983)	(10.942)
Lucro líquido do exercício	15.305	1.909	17.214

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Reapresentação dos saldos comparativos--Continuação

d) Demonstração do resultado abrangente

	Originalmente apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	17.214	(1.909)	15.305
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>17.214</u>	<u>(1.909)</u>	<u>15.305</u>

e) Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Originalmente apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Capital social	392.000	-	392.000
Reserva de lucros	15.548	1.909	17.457
Lucros acumulados	3.681	-	3.681
Total	<u>411.229</u>	<u>1.909</u>	<u>413.138</u>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Reapresentação dos saldos comparativos--Continuação

f) Demonstração do fluxo de caixa

	Originalmente Apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	15.305	(1.909)	17.214
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos			
Depreciação e amortização	24.998	(254)	25.252
Outros	117.038	-	117.038
(Aumento)/redução dos ativos	(8.930)	(7.677)	(16.607)
Aumento/(redução) nos passivos	60.882	45.890	106.772
Caixa gerado pelas atividades operacionais	209.293	40.376	249.669
Juros e impostos pagos	(52.928)	-	(52.928)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	156.365	40.376	196.741
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(560.850)	(40.376)	(585.326)
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	554.473	-	554.473
Aumento de caixa e equivalente de caixa	149.988	-	149.988
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	149.617	-	149.617
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	299.605	-	299.605
Aumento de caixa e equivalente de caixa	149.988	-	149.988

g) Demonstração do valor adicionado

	Originalmente apresentado 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 31/12/2024
Valor adicionado bruto	227.288	23	227.311
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	202.290	(231)	202.059
Valor adicionado total a distribuir	221.884	(231)	221.653
Valor adicionado total distribuído	221.884	(231)	221.653

- (i) Lançamento para correção de registro de créditos de Pis e Cofins que estavam sendo sendo compensados com valores de Pis e Cofins a pagar e com a correta classificação de parte dos valores para contabilização no ativo intangível de acordo com a natureza da transação. (Notas 7 e 8).
- (ii) Contrapartida da contabilização dos tributos a pagar Pis e Cofins sobre faturamento (nota 12).
- (iii) Efeito no resultado decorrente da amortização do intangível, líquido dos tributos sobre a renda.
- (iv) Ajuste da amortização da parcela do intangível decorrente da transferência realizada.
- (v) Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste no resultado.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Abaixo detalhamos os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 20).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos a valor presente dos gastos estimados futuros levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas--Continuação

c) Cálculo da Provisão para perda de créditos esperada

Ao mensurar a PECLD a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados em negociações atuais.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização no resultado de acordo com a WLU (*workload unit*), respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fundo fixo	1.213	996
Bancos conta movimento	16.670	7.947
Aplicações financeiras	247.252	290.662
	<u>265.135</u>	<u>299.605</u>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados a taxas que variam entre 100,25% e 100,5% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI para o exercício de 2025 (variaram entre 100,25% e 103,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber	30.469	34.682
(-) Provisão para perda de créditos esperada	(7.173)	(4.172)
	23.296	30.510

a) Movimentação da provisão para perda de créditos esperada

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	(4.172)	(4.020)
Provisão	(3.067)	(1.273)
Reversão	66	1.121
Saldo no final do exercício	(7.173)	(4.172)

A provisão para perda de créditos esperada sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da atual condição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu provisão para perda de créditos esperada para a maior parte do contas a receber que continham faturas vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações individualizadas por cliente.

b) Composição do contas a receber por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	19.689	27.136
< 30	1.613	2.077
31-60	964	532
61-90	777	333
91-120	703	194
>120	6.722	4.410
	30.469	34.682

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Créditos de PIS e COFINS	4.175	9.564	2.577
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	21.869	14.206	11.461
Outros créditos tributários	1.153	982	-
	27.197	24.752	14.038

8. Intangível e ativo de contrato

A composição e movimentação do intangível e do ativo de contrato estão representadas a seguir:

i) Composição do intangível

	Taxas Anuais de amort. (%)	31/12/2025			31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
		Custo	Amort. acum.	Líquido	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	429.818	(60.059)	369.759	386.507	401.700
Direito de exploração	(*)	1.334.943	(48.037)	1.286.905	1.107.430	360.135
Software	20	17.300	(1.176)	16.124	6.833	3.544
		1.782.061	(109.272)	1.672.788	1.500.770	765.379
Ativo de contrato	(**)	96.391	-	96.391	233.765	473.664

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de demanda de passageiros e cargas (*WLU - workload unit*) conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2025 é de 2,658% a.a. e 2,388% a.a. em 2024.

(**) O saldo de R\$96.391 (R\$233.765 em 2024) é relativo as obras e melhorias de infraestrutura em andamento, conforme a nota explicativa 3.6 (iii).

ii) Movimentação do intangível

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	1.734.535	1.239.043	739.408
(+) Juros capitalizados (nota 11.ii)	-	27.887	18.670
(+) Adições ao intangível em andamento (nota 16)	67.388	554.782	390.326
(+) Adiantamentos à fornecedores	4.410	(65.065)	62.278
(+) Adições	13.404	2.676	46.465
(-) / (+) Transferência de/para o ativo imobilizado	18	(19)	-
(-) Amortizações	(50.576)	(24.769)	(18.104)
Saldo no final do exercício	1.769.179	1.734.535	1.239.043

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Intangível e ativo de contrato--Continuação

iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01 / IAS 36, para bens com vida útil definida somente é necessário realizar o teste de *impairment* uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indícios de *impairment* para que o teste fosse realizado.

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 era de R\$80.240 (R\$82.130 em 2024). Nesta rubrica, estão registrados valores à título de retenções contratuais no montante de R\$25.692 (R\$24.427 em 2024). Essas retenções estão previstas para serem devolvidas em período inferior de 12 meses.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	31/12/2025				
	Saldo contábil		Despesas	Transações	
	Passivo	Ativo		Gastos Capitalizados	Dividendos a pagar
VINCI Airports SAS (i)	57.953	-	10.904	-	64
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	9.250	-	7.614	-	-
VINCI Concessions (iii)	3.215	1.118	1.173	-	-
Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados LTDA (iv)	11.173	728	2.178	-	-
Vinci Highways do Brasil (v)	-	1.224	911	-	-
Total	81.591	3.070	22.780	-	64

	31/12/2024						
	Saldo contábil			Despesas	Transações		
	Passivo	Ajustes de Reapres.	Passivo Reapres.		Ativo	Gastos Capitalizados	Dividendos a pagar
VINCI Airports SAS (i)	46.618	18	46.636	-	6.938	-	145
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	16.864	-	16.864	-	18.632	-	-
VINCI Concessions (iii)	2.039	-	2.039	554	426	-	-
Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados LTDA (iv)	4.712	-	4.712	1.353	70	27.754	-
Vinci Highways do Brasil (v)	-	-	-	314	314	-	-
Vinci Siege Social (vi)	116	-	116	-	116	-	-
Total	70.349	18	70.367	2.221	26.496	27.754	145

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

- (i) Referem-se a reembolsos de gastos incorridos relativos em particular ao leilão, às garantias de financiamento, gastos com apoio à implantação da concessão, consultoria técnica, uso da marca, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Referem-se a reembolsos de despesas pagas com prazo contratual de 4 anos e com emissões mensais de cobrança, com prazo de 20 dias para pagamento sem previsão de juros contratuais e gastos com mão-de-obra, máquinas e equipamentos.
- (iii) Referem-se a reembolsos dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.
- (iv) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão e adequação dos complexos aeroportuários, os quais estão registrados na rubrica do intangível.
- (v) Referem-se a reembolsos de despesas pagas, com prazo de pagamento de 20 dias.
- (vi) Referem-se a reembolsos de despesas pagas, marca e/ou royalties com prazo de pagamento de 20 dias.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados na nota explicativa 16.

11. Empréstimos e debêntures

	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - 2ª emissão	R\$	755.325	723.591
Empréstimos	R\$	742.041	752.155
(-) Custos de captação	R\$	(20.466)	(21.464)
		1.476.900	1.454.282
Circulante	R\$	90.005	53.834
Não circulante	R\$	1.386.895	1.400.448
		1.476.900	1.454.282

Debêntures

A segunda emissão de debêntures da Companhia foi contratada junto ao BNDES no âmbito do financiamento de longo prazo do projeto em conjunto com a Cédula de Crédito Bancário (CCB) citada abaixo. Esta emissão foi estruturada da seguinte forma:

- 1ª série, desembolsada em 23 de dezembro de 2022 no valor de R\$457.000, com taxa de juros de IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de 7,17% ao ano, tendo amortização semestral e pagamento de juros semestral, com primeiro vencimento do principal em maio de 2026 e com vencimento final em novembro de 2046.
- 2ª série, desembolsada em março de 2024 no valor de R\$143.000, tem mesmas condições da 1ª série.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

Empréstimos

No âmbito do financiamento de longo prazo, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A. ("BASA") no valor total de R\$750.000.

O empréstimo é dividido em 2 subcréditos, "A" e "B", com taxas de juros contratuais de IPCA +1,6812% a.a. e IPCA + 2,0549% a.a. respectivamente, tendo pagamentos de juros mensalmente e amortização mensal, com vencimento inicial em agosto de 2025 e pagamento final em janeiro de 2046.

A 1ª liberação da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") foi realizada em 28 de dezembro de 2022, no valor de R\$249.181, sendo R\$35.329 do subcrédito "A" e R\$213.852 do subcrédito "B", enquanto a 2ª liberação ocorreu no dia 14 de setembro de 2023, no valor de R\$199.250, sendo R\$28.249 do subcrédito "A" e R\$171.001 do subcrédito "B", já a 3ª liberação ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2024, sendo R\$21.891 do subcrédito "A" e R\$132.508 do subcrédito "B", e por último a 4ª liberação ocorreu no dia 15 de julho de 2024, sendo R\$20.867 do subcrédito "A" e R\$126.313 do subcrédito "B" totalizando aproximadamente os R\$750.000 contratados, sendo R\$106.336 do subcrédito "A" e R\$ 643.674 do subcrédito "B".

i) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2024</u>
2026	90.005
2027	101.749
2028	107.555
2029	103.594
2030	109.489
2031 até 2046	984.974
	<u>1.497.366</u>

ii) Movimentação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	1.454.282	940.674
(+) Captação	-	444.569
(+) Provisão de juros	132.368	78.964
(+) Encargos capitalizados (nota 8.ii)	-	27.887
(-) Amortização do principal	(9.410)	-
(-) Juros pagos	(101.338)	(38.817)
(+) Amortização custo de transação	998	1.005
Saldo no final do exercício	<u>1.476.900</u>	<u>1.454.282</u>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

Empréstimos--Continuação

iii) *Cláusulas de vencimento antecipado - covenants*

As debêntures e as cédula de crédito bancário (BASA) possuem cláusulas de vencimento antecipado com cumprimento de obrigações financeiras e não-financeiras ("*covenants*").

Para ambos os instrumentos de financiamento a Companhia é requerida anualmente a manutenção do valor mínimo de 1,3 do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") o qual possui seu cálculo especificado nos respectivos contratos.

Para o exercício de 2025 o índice calculado foi de 1,5, estando acima do valor mínimo estabelecido, e para os *covenants* não-financeiros não foi identificado descumprimentos de cláusulas restritivas.

iv) *Fianças bancárias*

Para a CCB emitida junto ao BASA, são emitidas cartas de fiança bancária junto aos bancos conforme os desembolsos forem sendo realizados na proporção de: Santander (60,00%), BNP Paribas (26,67%) e ABC Brasil (13,33%).

Para o primeiro desembolso, realizado em 28 de dezembro de 2022, para o segundo desembolso realizado em 14 de setembro de 2023, para o terceiro desembolso realizado em 01 de fevereiro de 2024 e finalmente o quarto desembolso realizado em 15 de julho de 2024 as cartas foram emitidas de acordo com a proporção indicada.

Existem *covenants* não-financeiros a serem cumpridos para as fianças bancárias, relacionadas principalmente à: cumprimento da legislação aplicável, uso dos recursos limitado ao escopo do projeto, pagar todas as obrigações de cunho previdenciário, ambiental, trabalhista, e tributária, envio de relatórios técnicos e financeiros de acordo com os prazos estipulados, não realizar determinadas operações financeiras sem prévia anuência dos fiadores entre outras obrigações. Estes *covenants* foram cumpridos para 31 de dezembro de 2025 e 2024.

v) *Fundo restrito*

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica Fundo restrito no montante de R\$ 46.391 (R\$ 15.847 - 2024) era mantido como garantia de pagamento de parcelas do financiamento com o Banco BASA e como garantia de pagamento de parcelas para as debêntures do BNDES. A aplicação é remunerada a uma taxa de aproximadamente 98,75% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI para o exercício de 2025.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Tributos a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
PIS e COFINS a pagar (a)	71.111	45.890
Impostos sobre importação	6.357	4.533
Impostos retidos de terceiros	342	(766)
Outros impostos a pagar	266	246
	<u>78.076</u>	<u>49.903</u>

- (a) Em 10 de julho de 2023, após ajuizamento de Mandado de Segurança com pedido de liminar buscando ver o direito líquido e certo da Concessionária de não lhe ser exigido o recolhimento das contribuições sociais ao PIS/PASEP e à COFINS dada a sua incidência de operar sobre as receitas auferidas pela prestação de serviços dentro da Zona Franca de Manaus, o juízo da 3ª Vara Federal deferiu a medida liminar que suspende as cobranças do PIS e da COFINS à Concessionária dos Aeroportos da Amazônia. Foi concedida a segurança pleiteada, e reconhecido o direito de que, uma vez finalizado o processo, a Companhia possa compensar administrativamente os valores já pagos desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento. Por esse motivo, desde então a Companhia não realiza o recolhimento do PIS e COFINS, aguardando o trânsito em julgado.

13. Provisão para manutenção técnica

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$12.718 (R\$47.739 em 2024) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem os quais se iniciarão após 2026 e, por isso, foram classificados no passivo não circulante.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	47.739	40.993
(+) Adições/ (reversões)	(38.548)	17.813
(+ / -) Atualização financeira (nota 19)	1.569	(6.251)
(+ / -) Outros	-	(4.816)
Saldo no final do exercício	<u>10.760</u>	<u>47.739</u>

14. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias trabalhistas e cíveis no valor de R\$467 (R\$187 em 2024) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos trabalhistas.

A Companhia também tem ações de natureza tributário, cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$39.704 (R\$6.414 em 31 de dezembro de 2024). Deste montante R\$ 29.138 referem-se a processos tributários sobre a discussão sobre a cobrança de IPTU.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Nas datas de 09 de janeiro de 2024, 15 de março de 2024, 05 de abril de 2024 e 04 de outubro de 2024, foram integralizados os montantes de R\$48.896, R\$38.710, R\$23.880 e R\$2.114 respectivamente, correspondente a 113.600.000 ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de ações nominais	31/12/2025		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	368.000	392.000

Acionista	Participação	Quantidade de ações nominais	31/12/2024		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	481.600	278.400

15.2. Reservas de lucros

15.2.1. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2025 a Companhia constituiu reserva legal de R\$273 em 2025 (R\$860, em 2024). A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

15.2.2. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído valor à título de retenção de lucros no valor de R\$4.728 (R\$12.510 em 2024).

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2. Reservas de lucros--Continuação

15.2.3. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo demonstramos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	6.755	17.214
(-) Reserva legal (nota explicativa 14.2.1)	(338)	(860)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	6.417	16.354
Percentual estatutário	1%	1%
Dividendos mínimos obrigatórios	64	163
Valor por ação em R\$0,00	0,00008	0,00022

A parcela excedente ao requerido pelo estatuto e que não foi destinado a reserva de lucros foi mantida no patrimônio líquido como dividendos adicionais propostos no montante de R\$1.625, observando o limite de 25% sobre o lucro líquido ajustado estabelecido por cláusula contratual de financiamento, conforme previsto no ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

Durante o exercício foi aprovado o pagamento de R\$3.681 que estavam na rubrica relativos ao lucros excedentes de 2024.

16. Receita dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de embarque e conexão	127.681	110.594
Receita de pouso e permanência	45.500	42.539
Receita de armazenagem e capatazia	202.778	194.968
Receita de cessão de espaço	47.496	46.204
Outras receitas	882	884
	424.337	395.189
(-) Impostos sobre o faturamento	(57.964)	(54.226)
(-) Descontos e cancelamentos	-	(3.763)
Receita líquida	366.373	337.200

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2025, o montante referente à receita de construção registrada foi de R\$67.388 (R\$514.406 em 2024).

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Custos dos serviços prestados

a) Custo operacional

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
Operações aeroportuárias	(89.036)	(72.758)
Conservação e manutenção	(47.273)	(39.277)
Custos com pessoal	(38.056)	(33.215)
Depreciação e amortização	(51.088)	(25.252)
Gastos gerais	(13.320)	(13.250)
Seguros e garantias	(6.848)	(5.479)
Reversão (constituição) provisão para manutenção técnica (nota 13)	38.548	(12.997)
Material, equipamentos, aluguel e manutenção de veículos	(2.316)	(1.970)
Total dos custos operacionais	<u>(209.389)</u>	<u>(204.198)</u>

b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$67.388 (R\$514.406 em 2024) como custo de construção.

18. Despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(14.959)	(11.902)
Viagens	(3.847)	(1.812)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.959)	(2.185)
Consultoria e assessoria	(2.160)	(1.212)
Honorários da diretoria	-	(919)
Outros gastos gerais e administrativos	(3.268)	(16.561)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(26.193)</u>	<u>(34.591)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Provisão para perda esperada créditos	(3.001)	(152)
Perdas permanentes	(593)	(9)
Total das despesas com vendas	<u>(3.594)</u>	<u>(161)</u>
Outras receitas e despesas operacionais	(444)	17
	<u>(30.231)</u>	<u>(34.735)</u>

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	34.535	17.424
Juros recebidos	579	688
Descontos obtidos	92	151
Varição cambial ativa	4.443	1.331
Total das receitas financeiras	39.649	19.594
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(132.368)	(78.964)
Atualização financeira sobre passivos de longo prazo	(1.569)	6.251
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(7)	(478)
Varição cambial passiva	(5.863)	(8.390)
Fiança bancária	(14.155)	(2.704)
Outras despesas financeiras	(2.182)	(3.285)
Total das despesas financeiras	(116.495)	(87.569)

20. Imposto de renda e contribuição social

i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2025	31/12/2024
		(reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.258	28.156
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.488)	(9.573)
<u>Diferenças permanentes</u>		
Despesas indedutíveis	-	57
Outras adições permanentes	(15)	(1.426)
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	(3.503)	(10.942)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.503)	2.955
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(13.897)
Total do Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.503)	(10.942)

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui somente registrados impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias.

Impostos diferidos - composição

	31/12/2025	31/12/2024
Base prejuízo fiscal	21.856	-
Diferenças temporárias		
Provisão para manutenção técnica (nota 12)	10.760	47.739
Provisão para perda de créditos esperada (nota 6)	7.173	4.172
Provisão para demandas judiciais (nota 13)	467	187
Outras diferenças temporárias	11.418	9.879
	29.818	61.977
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Diferido ativo e passivo - diferenças temporárias	17.569	21.072

iii) Saldos de antecipações de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos de pagamentos antecipados de IRPJ e CSLL oriundos dos recolhimentos realizados durante o exercício no montante de R\$2.235 (R\$15.189 em 31 de dezembro de 2024) registrados na rubrica de impostos a recuperar, que devem ser compensados com impostos devidos de períodos futuros.

21. Cobertura de seguro

A composição dos seguros da Companhia para 31 de dezembro de 2025 está representada a seguir:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos Operacionais (property)	Setembro/2026	R\$3.253.680
Responsabilidade Civil Aeronáutica	Dezembro/2026	USD500.000*
Excesso de Guerra (AVN 5G)	Dezembro/2026	USD250.000*
Riscos Diversos (terrorismo)	Janeiro/2027	R\$340.000
Performance Bond	Setembro/2027	R\$151.459
Responsabilidade Civil Ambiental	Março/2026	R\$38.000
Responsabilidade Civil Geral	Janeiro/2027	R\$10.000
Seguro Frota	Julho/2026	R\$1.500

(*) Valor em milhares de dólares.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Cobertura de seguro--Continuação

Seguro riscos operacionais (*property*) AIG

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 3.253.680, para indenizar, até o Limite Máximo de Garantia da Apólice, os prejuízos causados aos bens seguráveis dentro dos locais segurados e discriminados nas Condições Especiais e Particulares, localizados dentro do território brasileiro, pelos riscos a que está sujeito o objeto segurado, ocorridos durante a vigência da apólice, com vigência até 20 de setembro de 2026 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Starr)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares. Com vigência até 31 de dezembro de 2026 com um limite de indenizações em caso de sinistro de aproximadamente USD500.000.

Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de USD250.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas - AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2026.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (Chubb)

Seguro com vigência até janeiro de 2027 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro performance bond (Pottencial)

Este seguro garantia abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$151.459. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 13 de setembro de 2027.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Cobertura de seguro--Continuação

Seguro de responsabilidade civil ambiental (Axa)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2026 para indenizações por danos civis, relativa a reparações por danos materiais e/ou corporais causados à terceiros, ocorridos durante a vigência desde contrato e que decorram de riscos cobertos nele previstos.

22. Instrumentos financeiros por categoria

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores	80.240	-	-	-	80.240
Empréstimos e financiamento	90.005	209.304	213.083	984.974	1.497.366
Total	170.245	209.304	213.083	984.974	1.577.606

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

c) Gestão do risco de capital

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos e Financiamentos	11	1.476.900	1.454.282
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(265.135)	(299.605)
Menos: Fundo restrito	11	(46.391)	(15.847)
Dívida líquida		1.165.374	1.138.830
Total do patrimônio líquido		416.130	411.229
Índice de alavancagem financeira (%)		2,801	2,769

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	265.135	299.605
Contas a receber	23.296	30.510
Fundo restrito	46.391	15.847
Total dos ativos circulantes	334.822	345.962
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	80.240	82.130
Empréstimos e financiamentos	1.476.900	1.454.282
Outras contas a pagar	1.905	3.334
Total dos passivos circulantes	1.559.045	1.539.746

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

f) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber), incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para as contas a receber a Companhia registra uma provisão para perdas esperadas de acordo com a probabilidade de os clientes honrarem com seus compromissos e para os valores relacionados a instituições financeiras, trabalha somente com bancos de primeira linha.

g) Risco de mercado

Risco da taxa de juros e inflação

Decorre da parcela da dívida atrelada à IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos financeiros na data de relatório. Para passivos com taxas de juros variáveis, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10 pontos base é usado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. No quadro abaixo, consideramos no cenário I a taxa de juros atual, no cenário II uma redução de 25 pontos base e para o cenário III um aumento de 25 pontos base:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Caixa e equivalente de caixa	CDI	14,32%	265.135	37.967	28.475	18.984
Empréstimos e debêntures	IPCA	4,26%	1.497.366	63.788	79.734	95.682

(*) As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Resultado por ação básico e diluído

O lucro ou prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações da Companhia não possuem efeito dilutivo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.755	17.214
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	392.000	374.949
Resultado básico por ação e diluído - R\$	<u>0,0172</u>	<u>0,0459</u>

24. Transação não caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível (vide nota 8)	-	27.887

25. Evento subsequente

Em 13 de maio de 2026, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão definitiva no processo nº 1024851-21.2023.4.01.3200, confirmando integralmente a sentença de primeira instância. A decisão transitou em julgado na mesma data, tornando-se definitiva e irrecurável. A decisão reconheceu o direito da Concessionária de não recolher as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS sobre as receitas tarifárias auferidas pela prestação de serviços realizados dentro da cidade de Manaus, e o direito à compensação administrativa dos valores recolhidos indevidamente nos anos anteriores ao ajuizamento da ação.

26. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 3 de julho de 2026.